



# BILHETE

## do Sindicato

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS METROVIÁRIOS SP – FILIADO À **CUT** 11/02/05 Nº 239

Pres.: Flávio Montesinos Godoi. Dir. Resp.: Manuel Xavier Lemos Filho. Redação e revisão: Fládemir Sant'Anna. Editora: Maria Figaro. R. Serra do Japi, 31 nº Tatuapé nº CEP 03309-000 nº S.º Paulo nº SP. F: 6195-3600, Fax: 6198-3233. End. Eletrônico: sindicato@metroviarios-sp.org.br

# Greve suspensa

Assembléia deliberou pela manutenção e ampliação da luta contra a privatização e em defesa dos direitos e conquistas da categoria e suspendeu a greve marcada para o dia 15. TRT julgou improcedente o processo contra as demissões

Em audiência realizada ontem, 10/2, o Tribunal Regional do Trabalho não reconheceu o processo de “demissão em massa” que o Metrô está promovendo na categoria.

Mesmo diante de todas as argumentações apresentadas pelo Dr. Magnus Farkat, a decisão do TRT foi unânime ao negar provimento à ação cautelar, com pedido de liminar, impetrada pelo Sindicato que reivindicou a suspensão das demissões.

Mas a luta contra as demissões e em defesa de direitos e conquistas da categoria não terminou com a decisão do TRT. Esta é a principal conclusão que se pode tirar dos debates da assembléia realizada ontem, pois, mesmo diante de um clima de desapontamento, os metroviários decidiram reforçar a batalha política, ampliando a mobilização em defesa da periculosidade para todos que trabalham em área de risco, do plano de carreira, anuênio para todos, movimentações de pessoal pendentes, manutenção do adicional risco de vida, pagamento dos passivos trabalhistas, contra o fim da escala 4x2x4, retirada da hora extra programada noturna, mudanças de

escalas, alterações no horário de trabalho, eliminação de postos de trabalho, o preconceito aos obesos no OPS, a privatização do sistema de arrecadação (Metropass), pela reposição do quadro de funcionários, em defesa do CCI e contra as demissões.

A assembléia deliberou pela suspensão da greve para intensificar a mobilização da categoria, pois após o resultado do julgamento no TRT a paralisação não teria o efeito desejado. O Sindicato vai enviar uma carta para a empresa com todas as reivindicações pendentes, solicitando a

formalização de uma resposta. Caso o Metrô mantenha as ameaças aos direitos e conquistas da categoria, a luta será intensificada com a retomada do uso do colete e a retirada do uniforme.

A assembléia deliberou ainda pela necessidade de conscientizar a categoria a não realizar “quebrar-galhos” e adotar os procedimentos previstos pela empresa.

A categoria também aprovou uma moção de apoio à greve dos metroviários argentinos que lutam em defesa do reajuste salarial.

A participação de todos nesta nova etapa de luta é fundamental.

## Não quebre galho

Quem quebra-galho é macaco gordo. Essa expressão define uma pessoa ou um método supostamente capaz de contornar certos problemas que esperam por uma solução definitiva. Mas será que o quebra-galho resolve os problemas no Metrô? Com certeza, não. O quebra-galho oferece soluções paliativas, de curto prazo, que só favorece a empresa, mas trazem grandes prejuízos aos trabalhadores, além de precarizar as relações trabalhistas, causar doenças ocupacionais, sobrecarga de trabalho e impedir novas contratações.

Por isso, todos os metroviários devem se conscientizar que hora-extra é um quebra-galho que representa um grande obstáculo para melhorar as condições de trabalho. Não esqueçam, ninguém deve realizar quebra-galhos!

# Ato reforça a luta contra a privatização do Metrô

O Sindicato e a Federação Nacional dos Metroviários realizaram um ato público na última quarta-feira, 9/2, em PSE, em protesto contra o aumento das tarifas do Metrô que não permite a acessibilidade de grande parte da população paulistana, contra a terceirização que está causando a degradação do sistema e comprometendo a qualidade dos serviços prestados pela categoria, contra a privatização que o governador quer promover na Linha 4 e contra a implantação do “Metropass”, que favorecerá as empresas privadas que passarão a explorar todo o sistema de

arrecadação do Metrô.

Durante o ato, os metroviários usaram o colete da campanha “Não abro mão dos direitos e conquistas” e distribuíram carta aberta à população denunciando os ataques aos direitos da categoria, o sucateamento do Metrô promovido pelo governo do estado e o processo de demissão que a empresa desencadeou no início do ano.

A participação de lideranças sindicais e populares reforçou a luta dos metroviários para que o governo estadual destine os subsídios necessários para a manutenção e operação do

Metrô, pois só assim poderão ser removidos os obstáculos à acessibilidade ao Metrô de grande parte da população.

Um conjunto de ações está sendo desenvolvido pelo Sindicato para ampliar a mobilização de diferentes setores da sociedade em defesa do Metrô público, estatal, com qualidade e tarifas acessíveis. Entre as estratégias previstas está a coleta de assinaturas em um abaixo-assinado, criação do Fórum Estadual de Luta Contra a Privatização dos Serviços Públicos, encabeçado pela Central Única dos Trabalhadores e ações junto ao Ministério Público.

## Uso do colete foi suspenso

A assembleia de ontem deliberou pela suspensão do uso do colete, que deverá ser guardado para ser retomado por toda a categoria caso o Metrô não atenda as nossas reivindicações.

## Nota de falecimento

É com pesar que informamos o falecimento do companheiro José Domingos (OP. CCO L-5).

## Reunião na Assembleia Legislativa

Ontem, 10/2, vários diretores do Sindicato e membros da categoria participaram de uma reunião com deputados, do PCdoB e do PT, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para reforçar a luta contra a privatização do sistema metroferroviário, contra o sucateamento do Metrô e CPTM e a retirada de direitos e conquistas dos trabalhadores.

Também participaram da reunião os representantes do Sindicato dos Engenheiros, da CPTM, da Federação Nacional dos Metroviários e da AEAMESP.

A reunião teve o objetivo de construir alianças mais amplas e traçar estratégias comuns de ação na luta contra a privatização do sistema metroferroviário e a retirada de direitos trabalhistas, potencializada pela política irresponsável do governador Geraldo Alckmin.